



Família, capital humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida

Family, human capital and poverty: between strategies of survival and life projects

Giancarlo Petrini

Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família

Miriã Alves Ramos de Alcântara

Lúcia Vaz de Campos Moreira

Universidade Católica do Salvador

Lílian Perdigão Caixêta Reis

Universidade Federal da Bahia

Ricardo Sampaio da Silva Fonseca

Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família

Marcelo Couto Dias

Universidade Católica do Salvador

Brasil

Resumo

Com o objetivo de analisar as circunstâncias nas quais as pessoas que vivem em situação de pobreza enfrentam tal condição, investigou-se a tensão entre *projetos de vida* elaborados a fim de melhorar as condições de saúde, educação, moradia e trabalho, e *estratégias de sobrevivência*. As correntes mais influentes no estudo da pobreza tendem a conceituá-la com base nos insumos necessários para a aquisição das mercadorias básicas para a sobrevivência que qualificam a condição de pobreza relativa, relacionando-a ao padrão de vida geral predominante. Outras abordagens de caráter antropológico focalizam as relações interpessoais e os modos de vida dos pobres, deixando em segundo plano os determinantes econômicos. O estudo focalizou as esferas de intermediação entre as iniciativas macroeconômicas e as decisões individuais, procurando identificar os fatores que facilitavam tal encontro. Foram entrevistados 67 participantes de projetos sociais e instituições educacionais de duas áreas pauperizadas da cidade do Salvador, através de um questionário elaborado especialmente para identificar os processos individuais e coletivos almejados. Os resultados acerca das transformações da intimidade, da constituição da família e daquelas que decorrem de ações planejadas por organizações não governamentais e programas estatais nas áreas da habitação, educação e saúde são integrados ao debate acerca do capital humano, capital social, inclusão social, projetos de vida e estratégias de sobrevivência.

Palavras-chave: família; pobreza; projeto de vida; capital humano

Abstract

With the objective of analysing the circumstances in which the persons who live in situation of poverty face such condition, we investigated the tension between *life projects* prepared in order to improve the conditions of health, education, dwelling, and work, and *strategies of survival*. The most influential currents in the study of poverty have a tendency to conceptualize it on the basis of the inputs necessary for the acquisition of basic goods for survival that qualify the condition of relative poverty, relating it to the



general predominant standard of living. Other approaches of anthropological character focus on the interpersonal relations and on the ways of life of the poor persons, leaving the economical determinants in the background. The study focused on the spheres of intermediation between the macroeconomical initiatives and the individual decisions, trying to identify the factors that were facilitating such meeting. Sixty seven participants were interviewed from social projects and education institutions of two poor areas of the city of Salvador, Bahia, Brazil, through a questionnaire prepared specially to identify the individual and collective processes focused. The results about the transformations of the intimacy, of the constitution of the family, and the ones that result from actions planned by non-governmental organizations and state-owned programs in the areas of dwelling, education, and health are integrated to the discussion about the human capital, social equity, social inclusion, life projects, and strategies of survival.

Keywords: family; poverty; life project; social inclusion

Introdução

O presente artigo apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa “Combate à pobreza e às desigualdades sociais: rotas da inclusão”, desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Família em Mudança” do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Este estudo teve por objetivo verificar em que circunstâncias as pessoas que vivem em situação de pobreza, especialmente as mais jovens, podem ultrapassar tais condições. Interessou investigar não apenas o incremento da renda mensal da família, mas a tensão entre a elaboração de *projetos de vida* que visem melhorar as condições de saúde, de educação, de moradia e de trabalho para alguns membros da família, e de *estratégias de sobrevivência*. Estas consistem em movimentos individuais em vista de satisfazer necessidades do momento e, por vezes, envolvem comportamentos de alto risco, que inviabilizam ou dificultam a construção de um horizonte de crescimento nos campos educacional, da formação profissional e de integração social.

Mais especificamente, entendeu-se por *projeto de vida* uma perspectiva de futuro que contempla a possibilidade de crescimento formativo e de acesso a um patamar de inserção na sociedade superior ao atual, conscientemente assumido e sistematicamente percebido. Um projeto de vida tem mais probabilidade de ser formulado por uma pessoa nos casos em que a família e/ou outras realidades gregárias dão suporte, estimulam, acolhem e valorizam a pessoa. Define-se por *estratégias de sobrevivência* o desenvolvimento de atividades marcadas pelo caráter ocasional ou circunstancial pelas quais as pessoas se voltam para alcançar o mínimo indispensável à sobrevivência, assim como o envolvimento em atividades que reduzem as oportunidades de crescimento e até mesmo de sobrevivência. Interessou investigar porque pessoas em condição semelhante de pobreza podem orientar-se para elaborar projetos de vida ou estratégias de sobrevivência.



Tomou-se a família como um dos atores privilegiados para a inclusão social e foi investigada a importância das redes locais de solidariedade e das políticas sociais. Nesse sentido, analisou-se o significado das relações familiares e do tecido de relações que as pessoas, em condição de pobreza, podem integrar em função do vínculo com associações não governamentais nas áreas de Novos Alagados (no Subúrbio Ferroviário) e do Nordeste de Amaralina da cidade de Salvador que, direta ou indiretamente, favoreçam a articulação de projetos de vida.

Partiu-se do pressuposto de que a participação de associações, do bairro ou de origem externa, poderia convergir para a concretização de projetos de promoção humana, realizando uma mediação entre a população, as famílias e o contexto sociocultural, em vista de uma integração social mais satisfatória.

É difícil pensar uma ação eficaz sobre as condições de pobreza sem que o Estado adote uma política econômica adequada com políticas públicas e mecanismos de redistribuição de renda que favoreça, no Brasil, o investimento produtivo e, através de diversos incentivos, promova a criação de novas vagas de trabalho. Ao mesmo tempo, é necessário que os pobres se envolvam de fato com os dinamismos positivos da economia, para serem integrados ao mercado de trabalho e se beneficiem das circunstâncias favoráveis. Para que o encontro entre os dinamismos macroeconômicos e as decisões pessoais aconteça, podem ser decisivos o ambiente da família e a participação de associações que acompanhem e estimulem as pessoas que vivem em condição de pobreza a disporem da qualificação adequada e da motivação para a inserção. Políticas públicas nacionais ou regionais podem reforçar a iniciativa das famílias e das associações para estarem ativamente presentes nesse processo. O presente estudo focalizou as esferas de intermediação entre as iniciativas macroeconômicas e as decisões individuais, procurando identificar os fatores que facilitavam tal encontro.

Uma das correntes mais importantes de estudo da área tende a conceituar pobreza com base nos insumos necessários para a aquisição das mercadorias básicas para a sobrevivência e que qualificam a condição de pobreza relativa, relacionando-a ao padrão de vida geral predominante (Rocha, 2003; Souza, 2004; Monteiro, 2003). Por outro lado, outros estudos sobre pobreza, de caráter antropológico, focalizam as relações interpessoais e os modos de vida dos pobres, deixando em segundo plano os determinantes econômicos (Sarti, 2005; Carvalho, 2005; Fonseca, 2005).

Ao analisar teoricamente a pobreza moderna verificou-se como muito pertinentes os estudos de Sen (1999; 2000; 2001) que consideram que o bem-estar geral é função do bem-estar individual agregado. O autor coloca a pessoa no centro da análise e menciona como relevantes os aspectos da liberdade e da heterogeneidade. Pobreza é vista como privação de capacidades básicas e deve ser olhada a partir da heterogeneidade das pessoas.

A pobreza em geral é uma condição que afeta a família, pois a pessoa pobre encontra essa condição, via de regra, neste contexto. Assim, a família pode constituir o primeiro lugar



para encontrar alternativas que permitam superar a pobreza e favorecer a inclusão social, mas em outros casos pode ser o lugar em que a pobreza se reproduz.

A escola é o grande instrumento para o incremento do capital humano. Entretanto, as escolas públicas nos ambientes estudados não cumprem essa tarefa. Por isso adquirem particular importância os centros educativos organizados por ONGs e creches que as complementam.

As categorias de análise construídas para serem aplicadas na investigação empírica foram: capital humano, capital social, bens relacionais, inclusão social, projeto de vida e estratégia de sobrevivência, observados, como dito anteriormente, em contextos familiares de baixa renda – região suburbana de Salvador e Nordeste de Amaralina.

Capital Humano é um conceito já presente na obra de Adam Smith (1948, p. 93) e em Alfred Marshall (1953, 57-8). Mas as teorias sobre o capital humano se desenvolveram no século XX, através da contribuição de economistas como Theodore W. Schultz (1961, 1971), Gary S. Becker (1962, 1964, 1975) e Jacob Mincer (1993). Nos últimos anos, o tema do capital humano é particularmente vivo na União Européia¹. Capital humano refere-se aos recursos das pessoas disponíveis num determinado ambiente numa perspectiva de longa duração. (Vittadini, 2004).

O capital humano é constituído pelo conjunto de conhecimentos e pelas competências que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua vida, quer na convivência familiar, quer na educação formal, quer por outros meios, que favorecem sua inserção qualificada no mercado de trabalho.

Grande parte dos estudos foi dedicada às relações entre educação e capital humano, procurando compreender como se gera capital humano através do sistema de instrução (Gori, 2004). O capital humano é o motor do desenvolvimento, não somente no sentido do incremento da produtividade, mas como fator de integração e de superação das desigualdades econômicas e sociais (Lovaglio, 2004).

No presente estudo, o “capital humano” é o conjunto de conhecimentos e de competências, adquiridos ao longo da vida, na educação formal e em outros ambientes que permitem superar adversidades (resiliência) e circunstâncias que estão na origem de estratégias de sobrevivência (auto-abandono, alcoolismo, delinquência e outras formas de renúncia a perseguir um ideal de vida positivo para si e para a família, um ideal capaz de proporcionar integração social) para assumir a elaboração de um projeto de vida.

Mas é necessário investigar as relações familiares assim como a participação em grupos mais ou menos organizados (canto, dança, pesca, etc.); as relações com colegas da mesma idade e com adultos, na tentativa de identificar fatores que jogam a favor das estratégias de sobrevivência e fatores a favor do projeto de vida.

¹ Além de organismos da UUEE e dos Governos membros, cabe recordar Vittadini e outros (2003).



Capital social implica no conjunto de recursos que um indivíduo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis. A maior parte dos estudiosos concorda que o capital social coincide com relações nas quais as pessoas mostram e praticam a confiança recíproca e seguem normas de cooperação, solidariedade, reciprocidade, o que facilita a ação cooperativa de indivíduos, famílias, grupos sociais e organizações em geral (Coleman, 1990; Bourdieu & Wacquant, 1992; Fukuyama, 1995).

O capital social é constituído pelo conjunto de recursos disponíveis na comunidade. Tais recursos podem ser identificados como bens de serviços, que suprem necessidades básicas das famílias, no âmbito da saúde, educação, saneamento, transporte, dentre outros: postos de saúde, escolas, comércios; linhas de ônibus, rede de esgotamento e saneamento básico, energia elétrica.

Associações de bairros, igrejas, instituições filantrópicas e públicas estendem o capital social, compondo as redes de apoio, intermediando as relações da família junto à sociedade como um todo, e em especial ao poder público.

Também integram o capital social, recursos ligados ao lazer, como parques, clubes, ou espaços em que são permitidas às famílias desenvolver atividades ao ar livre, esportivas ou de descanso.

Bens relacionais são os bens derivados dos laços de parentesco, de vizinhança e comum origem em alguma cidade do interior, e sustentados por vínculos afetivos, de solidariedade e de gratidão, que reforçam o apoio mútuo diante de situações adversas (Donati, 1998; 2008; Sarti, 2005; Carvalho, 2005; Fonseca, 2005).

Em qualquer contexto social, a família pode oferecer um conjunto de facilidades ou um patrimônio que depende dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros. Isso acontece por causa da natureza específica de suas relações, que em si são bens relacionais, tais como a paternidade, a maternidade, a filiação, a fraternidade, que vão além do afeto, do apoio mútuo e da proteção e constituem bens que somente a família pode proporcionar.

Pierpaolo Donati (2008) identifica como bens relacionais os que derivam dos laços de parentesco, amizade, e vizinhança, sustentados por vínculos afetivos e de solidariedade que reforçam o apoio mútuo diante de situações adversas, além de outras relações solidárias com vizinhos, compadres e conterrâneos.

A noção de bens relacionais nasce do fato de existir um patrimônio nas relações que não pode ser oferecido pelo mercado e de que há necessidades que não podem encontrar resposta fora das relações familiares. “Os indivíduos que vivem em sociedade necessitam consumir, além de bens e mercadorias, serviços que não podem ser obtidos pela via do mercado”, ou porque vivem em condições de pobreza, ou porque necessitam de bens que o mercado não é capaz de produzir e de oferecer (Carvalho, 2003). Nesse sentido, avalia-se o significado das relações familiares e da teia de relações que os pobres podem integrar graças à presença de associações e de programas governamentais na região, que direta ou



indiretamente favoreçam a articulação de projetos de vida. A participação de associações, do bairro ou de origem externa, pode convergir para a concretização de projetos de promoção humana, realizando uma mediação entre os jovens, as famílias e o contexto sócio cultural, em vista de uma integração social mais satisfatória.

Inclusão social não se limita apenas à renda, mas implica as dimensões de inserção no mercado de trabalho e também na integração social. Analisa-se a **inclusão social** não apenas pelo incremento dos rendimentos mensais das famílias pobres, mas pela integração numa rede de relações significativas no quotidiano. A inclusão social é entendida como um dinamismo que integra dois eixos analíticos fundamentais: a) a inserção da pessoa ao mercado de trabalho para desempenhar uma **função** para a qual adquiriu os requisitos mínimos de habilidades através da formação educativa; e b) integração do sujeito numa rede de relações não definidas pela função (que envolve uma parcialidade da existência pessoal), mas caracterizada pelo **reconhecimento** da pessoa **na sua totalidade**. Assim o sujeito passa a ser relevante para outro, em uma integração de caráter marcadamente subjetivo (Sen, 2002; Castells, 1989).

Projeto de vida é um conceito inspirado na discussão dos estudos longitudinais da psicologia do desenvolvimento acerca do alcance ao longo da cadeia geracional de processos vivenciados individual e coletivamente. Isso comporta a crescente consciência de que as ações do presente reverberam sobre o outro e sobre a história futura. Ao lidar com a história e a cultura dos antepassados, a pessoa pode reconhecer o valor da confiança e da espera, assumindo a responsabilidade pelo cuidado com o outro, buscando a satisfação do seu desejo considerando diversos aspectos da existência, inclusive a perspectiva de futuro (Scabini & Rossi, 2012). Portanto, projeto de vida refere-se à atitude de contemplar a possibilidade de crescimento formativo e de acesso a um patamar de inserção na sociedade superior ao atual, conscientemente assumido e sistematicamente percebido. Segundo Nascimento (2006), o projeto de vida

tem o sentido de aspirações, desejos de realizações, que se projetam para o futuro como uma visão antecipatória de acontecimentos, cuja base reside em uma realidade construída na interseção das relações que o sujeito estabelece com o mundo. É, portanto, constituído por um conjunto de aspectos que estruturam o campo psicossocial (p. 4).

O conceito de *Estratégia de sobrevivência* surgiu durante a década de 1970 nos estudos sobre famílias de imigrantes para sintetizar o processo cotidiano de construção das condições de reprodução social através dos cuidados e da socialização. Para realizar a reprodução social, a unidade doméstica empreendia um conjunto de ações denominadas sinteticamente estratégias de sobrevivência pelas quais seus membros envolviam-se na cooperação econômica bem como no consumo coletivo de bens materiais e simbólicos (Romanelli & Bezerra, 1999). Esse termo foi posto em questão pelos estudos sociológicos e etnográficos que



apontam a suprafuncionalidade da família, ou seja, suas relações não visam meramente sustentar seus membros e reproduzir as condições de sociabilidade, mas consistem em um fato social total (Donati, 2008). No presente estudo, o termo foi retomado com outro sentido para referir-se ao desenvolvimento de atividades ocasionais pelas quais as pessoas se voltam para alcançar o mínimo indispensável à sobrevivência, atendo-se apenas à necessidade momentânea sem intenção de projetar-se no futuro.

Em síntese, o estudo teve por objetivo compreender e analisar iniciativas de combate à pobreza com vistas à inclusão social na região urbana de Salvador utilizando categorias que possibilitem a investigação do predomínio de *estratégias de sobrevivência* ou de *projetos de vida* presentes em famílias de baixa renda. Estas iniciativas envolveram três atores: as famílias pauperizadas, as associações e, indiretamente, o Estado, através de subsídios aos programas sociais.

Ao investigar as condições que favorecem o desenvolvimento de iniciativas de combate à pobreza de todos os sujeitos envolvidos, esperava-se encontrar como resultado que o processo de combate à pobreza inicia-se quando a pessoa formula um projeto de vida e se aplica em realizá-lo, objetivando melhorar a moradia, a educação, a saúde, e o trabalho próprios ou de algum membro da família. Pressupunha-se que a iniciativa de formular um projeto de vida tinha mais probabilidade de existir com constância nos casos em que a família dava suporte, estimulava, acolhia e valorizava a pessoa. De maneira semelhante, supunha-se que as associações locais ou de origem externa à comunidade, proporcionavam meios de formação, suporte técnico e psicológico, possibilitando e revisando o projeto de vida em execução. Supunha-se que tal processo não independia do *habitus* individual e coletivo (Bourdieu, 2003) nem do capital simbólico e social que o indivíduo agregava em seus encontros e novas experiências.

Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se por ser de caráter descritivo-exploratório e utilizou estratégias combinadas de abordagens qualitativa e quantitativa. Tal escolha se justifica pelo interesse em obter, com o estudo, um perfil da população participante de projetos sociais de Novos Alagados e do Nordeste de Amaralina, identificando principais tendências relativas às estratégias de sobrevivência ou projeto de vida presentes em adolescentes, jovens e mães com filhos pequenos inseridos em instituição de educação infantil. Foi elaborado um conjunto de categorias de análise utilizado na investigação empírica e na interpretação da realidade de pessoas em condição de pobreza.

1. Local e população-alvo



As comunidades de Novos Alagados possuem uma história recente repleta de lutas pelo direito à habitação e à infra-estrutura. O evento que marca o crescimento da região do Subúrbio é a inauguração da Avenida Suburbana em 1970, época em que muitas famílias oriundas do Recôncavo vieram residir na capital para buscar trabalho em fábricas de tecido e chocolate, ou no Pólo Petroquímico, instalando-se às margens da avenida. Entre os anos setenta e meados de oitenta as famílias dali mantinham ainda uma característica mais provinciana e coletiva, pois eram constituídas principalmente por colonos que trabalhavam nas fazendas da região e por famílias de operários. As primeiras comunidades formaram-se por pessoas que eram conterrâneas, vindas de um mesmo lugar, ou por parentes convidados a residir próximos uns dos outros.

Antes dos anos setenta, estudos indicam que outro fator de agrupamento das famílias era a questão religiosa, tanto para famílias católicas quanto para os descendentes de negros que se aproximaram por etnias, e pela participação em terreiros de Candomblé (Ferreira-Santos, 2005; Lima, 2003; Mattoso, 1988).

Finalmente, nos anos 90, vêm famílias que foram despojadas dos “Alagados”, área de casas de palafitas que ficava na região do bairro do Uruguai (Ferreira-Santos, 2005). O nome “Novos Alagados” tem sua origem daí, pois as mesmas famílias só fizeram transferir suas palafitas para nova área. No entanto, as famílias que invadiram aquela região ocuparam de maneira desordenada exatamente os espaços utilizados por moradores nativos para o lazer e as práticas religiosas.

A ocupação irregular da área tornou-se, portanto, um dos principais problemas do Subúrbio. Forte mobilização das associações de moradores, em parceria com lideranças religiosas e organizações não governamentais culminou com a implantação de intervenções do governo, realizadas através do Programa Ribeira Azul, desenvolvido em parceria com organismos internacionais na década de noventa.

Os dados empíricos foram obtidos em instituições educacionais de duas áreas pauperizadas de Salvador. Uma delas é o Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde se situa a área do Programa Ribeira Azul, a qual compreende um conjunto de bairros somando 4 Km² e abrigando cerca de 40.000 famílias – aproximadamente 150.000 habitantes – representando 6% da população atual do município de Salvador.

A segunda área de estudo é o bairro do Nordeste de Amaralina – que vem apresentando o maior índice de mortalidade por causas externas, em Salvador, nos últimos anos. Localizado próximo dos bairros mais valorizados da cidade, este bairro possui cerca de 9 Km², com uma população de 250.000 habitantes. Ao longo da década de 1980, o território antes ocupado por reserva de mata atlântica e por areais passou a ser invadido por famílias oriundas do interior da Bahia, em busca de melhores condições de vida na capital. Tais famílias tinham no trabalho e nas tradições culturais e religiosas o centro de sua existência, envolvendo as gerações mais novas em atividades baseadas em disciplina e valores.



Engajadas em movimentos de luta pelos direitos e pela cidadania, as famílias estão em constante intercâmbio com instâncias do poder público para que ofereçam serviços de saneamento básico, escolas, transporte e postos de saúde. Os contextos de pesquisa foram selecionados por serem adversos expondo crianças, adolescentes e famílias a situações de risco, por outro lado, contêm associações locais e intervenções de órgãos públicos.

As instituições recebem subsídios governamentais e apresentam um trabalho que busca um atendimento de qualidade às crianças, adolescentes ou jovens e respectivas famílias, havendo um interesse constante de integração com a comunidade local.

Os participantes estavam inseridos em atividades desenvolvidas por tais organizações sociais. Mais especificamente, compuseram o estudo: a) 13 jovens participantes de um curso de formação profissional (Novos Alagados); b) 20 adolescentes inseridos em um reforço escolar (Novos Alagados); c) 11 jovens mães atendidas por uma associação que se dedica a acompanhá-las na condição de maternidade (Nordeste de Amaralina); d) 23 mães de crianças que frequentam uma instituição de educação infantil (Novos Alagados). Para cada contexto estudado foram abordados ainda os coordenadores que atuam nos projetos sociais.

2. Instrumentos e técnicas de coleta de dados

A partir das leituras feitas foram elaborados roteiros de entrevistas que envolvem os seguintes temas: família, bairro, habilidades sociais, técnicas e profissionais, história de vida (infância, adolescência, estudo e trabalho), relacionamentos e perspectivas para o futuro. Os participantes foram contatados nos projetos sociais e educacionais e convidados para entrevista.

3. Procedimentos

Os passos da pesquisa envolveram uma revisão da literatura sobre pobreza moderna e família. A partir destes estudos e das contribuições dos profissionais, foram elaboradas categorias que permitiram avaliar uma maior presença de *projetos de vida* nos participantes ou o predomínio de *estratégias de sobrevivência*. Com tais categorias em mãos, os pesquisadores construíram roteiros de pesquisa para investigar as relações familiares, a participação em grupos formais e informais, e nas instituições educativas das quais eventualmente participam (de educação infantil, de reforço escolar, de atendimento a jovens gestantes ou de educação profissional). Tais roteiros foram testados com entrevistas piloto e sofreram adaptações necessárias. O projeto de pesquisa e respectivos roteiros foram submetidos e aprovados por comitê de ética em pesquisa.

Para a escolha dos participantes foram obtidas as listas de matriculados nas instituições. A partir delas foram sorteados 20% deles para participar do estudo. Na instituição de educação infantil, as mães é que foram participantes. Após isto, os sorteados



foram convidados a participar do estudo, assinando termo de consentimento livre e esclarecido. No caso dos participantes com idade inferior a 18 anos, seus responsáveis assinaram tal termo. Em seguida, foram agendadas e realizadas as entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas e em seguida transcritas. As entrevistas individuais foram realizadas nas próprias instituições e tiveram a duração de aproximadamente uma hora. Os coordenadores dos projetos autorizaram a participação das instituições e também foram entrevistados.

4. Análise de dados

As gravações das entrevistas foram analisadas a fim de identificar pontos de contraste e de convergência entre os discursos dos participantes, baseando-se nos pares conceituais *capital social*, *capital humano*, *bens relacionais*, *projeto de vida* e *estratégias de sobrevivência*, na exploração de dimensões da experiência cotidiana dos participantes e de seu relacionamento com os projetos sociais.

Resultados e discussão

A partir dos dados obtidos, verificou-se que o perfil das famílias dos participantes é marcado pela presença de múltiplos arranjos familiares. Ao se perguntar quem mora na casa, a diversidade de respostas foi ampla, indo desde a família nuclear, à monoparental, além de outras variações.

O casamento formal aparece de forma muito reduzida. A maternidade ocorre na faixa de 20 a 29 anos, e há a diminuição da taxa de natalidade. A recorrência da gravidez entre jovens com baixa escolaridade, sem inserção no mercado de trabalho bem como a ausência na família da figura do pai chamaram a atenção dos pesquisadores.

Para discutir os dados obtidos foram retomadas as categorias de análise apresentadas anteriormente: capital humano, capital social, bens relacionais, inclusão social, projeto de vida e estratégia de sobrevivência.

1. Capital humano

Capital humano constitui-se como o conjunto de conhecimentos e competências que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua vida, seja na convivência familiar, educação formal ou outros meios, que favorecem sua inserção qualificada no mercado de trabalho (Vittadini, 2004). Sobre isto foram observados alguns aspectos interessantes nos participantes do presente estudo.

A escolaridade vem aumentando nas novas gerações. Ela vem sendo valorizada e almejada pela população pesquisada, inclusive algumas mães da creche ainda estudam e



várias pretendem voltar à escola. Além disso, desejam que os filhos estudem. A grande maioria dos participantes afirma dominar a leitura, a escrita e cálculos matemáticos elementares.

Moreira (1999), que estudou mães de baixa renda em Novos Alagados, identificou a valorização da escolaridade, porém verificou que nem sempre são dados passos para atingir tal meta. Em outro trabalho, ao entrevistar pais de camada média em dois contextos brasileiros, Moreira (2005) verificou que eles parecem saber e poder investir mais na formação pessoal e profissional dos filhos. Neste sentido, a autora afirma que as mães de baixa renda valorizam a educação, mas têm dificuldades em estabelecer os passos necessários para atingir suas metas educacionais.

As habilidades presentes nos participantes, além de estarem sofrendo influência da camada sócio-econômica, refletem a cultura e as origens históricas brasileiras e baianas. A relevância da cultura para o desenvolvimento humano é amplamente estudada por Bronfenbrenner (2004). Diante disso, as habilidades esportivas que mais apareceram foram o futebol, esporte valorizado em todo o País, e a capoeira herdada da cultura afro-brasileira.

Como habilidades sociais, fazer amigos, ajudar e respeitar as pessoas são os elementos que mais se destacam. Das habilidades artísticas, o pintar e o cantar são mais comuns, refletindo a musicalidade baiana.

As habilidades profissionais predominantes nas mães de creche são as relacionadas a trabalhos domésticos e também a de vendedora. Moreira (1999) reflete sobre este aspecto da mulher de baixa renda que, mesmo trabalhando, permanece no âmbito doméstico exercendo atividades como as de passar, lavar, limpar e cozinhar, além de cuidar de crianças (babá).

Os participantes mais jovens incrementam seus conhecimentos com a área de informática, tão solicitada no mercado de trabalho atual. Com tais conhecimentos oferecidos no bairro, podem ser ampliadas as possibilidades de emprego para as novas gerações. Por exemplo, a habilidade do trabalho de pedreiro, no caso dos jovens de curso profissionalizante, permite que alguns concluam o curso com vínculos empregatícios através do Programa Jovem Aprendiz.

As mães citam as habilidades cotidianas e as profissionais como as mais úteis para a própria vida, os adolescentes do reforço escolar, e os jovens do curso profissionalizante, apontam as sociais. Já entre as jovens mães, as habilidades artísticas são consideradas mais úteis, seguidas pelas profissionais. Isto pode refletir a etapa de desenvolvimento em que cada um se encontra (Bee, 1997). Para as mães pode pesar mais os elementos que favoreçam a sobrevivência, o sustento familiar, e para os mais jovens tem maior relevância a inserção social, a ampliação dos contatos com pessoas além do âmbito doméstico.

2. Capital social



Na categoria de capital social há um destaque a ser feito na Região de Novos Alagados. Houve um grande investimento nesta área realizado pelo Governo do Estado, o Banco Mundial e a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI). Tal investimento consistiu em construção de casas, saneamento básico e estruturação da rede elétrica. A coleta de dados revelou que a quase totalidade dos participantes mora em casa própria construída com blocos em terra firme. Alguns aspiram melhorar a casa, o que era previsto na construção original, “embrião” que poderia ser expandido. Entre as jovens mães pertencentes à comunidade do Areal, no Rio Vermelho, foram encontradas residências habitadas por famílias numerosas e algumas delas em situação muito precária, construídas com madeira e papelão.

No bairro de Novos Alagados, projetos na área educacional como reforço escolar, creches e centros profissionalizantes têm sido viabilizados através das iniciativas de associações comunitárias, instituições religiosas e de organizações não governamentais. Porém, a região ainda carece de um maior investimento em escolas. Na comunidade do Areal, encontram-se evidências de investimento nas áreas educacional, social e saúde, mas de uma menor frequência de profissionais residentes em outros bairros da cidade em virtude das restrições impostas pela violência.

Entre os recursos de Novos Alagados, os mais conhecidos e bem avaliados são as instituições educacionais (creche e reforço escolar), recursos básicos como energia elétrica e saneamento básico. As linhas de ônibus, postos de saúde e comércios são bem conhecidos, mas não tão bem avaliados. Na comunidade do Areal, as entrevistadas consideram de melhor qualidade as creches, escolas, o fornecimento de energia elétrica, programa consórcio juventude e projetos sociais dedicados ao reforço escolar e profissionalização.

O Programa Bolsa-Família é um recurso governamental que atinge boa parte dos participantes. Levando em consideração a renda-familiar muito baixa, tal apoio complementa os rendimentos, embora não resolva a questão básica do subemprego ou mesmo do desemprego tão presente na população local.

Em ambos os bairros, recursos relacionados ao lazer como praças e parques são escassos e sem infra-estrutura adequada, sendo necessários investimentos nesta área. Diante das dificuldades de mobilidade para outras regiões da cidade, devido a questões financeiras e de distância, as atividades de lazer mais comuns são assistir televisão e ouvir música, além de conversar com vizinhos.

Há ainda a presença de grupos organizados como a Igreja, grupos de capoeira e de dança. Eles favorecem o incremento de capital humano e de bens relacionais.

3. Bens relacionais



A Região de Novos Alagados assim como as comunidades informais que fazem parte da Chapada do Rio Vermelho foram ocupadas, em grande parte, por invasões, reflexo de um fluxo de famílias que vieram, em sua maioria, do interior do Estado que não oferecia condições para sua população permanecer lá. Portanto, as gerações das mães e dos filhos, aqui estudadas, já nasceram em Salvador, mas têm suas raízes no interior do Estado.

A família aparece como um bem relacional importante e lugar em que se aprende valores que favorecem as relações humanas. É avaliada como tendo predomínio de aspectos positivos. Diante de comportamentos considerados adequados, pode haver elogios ou indiferença, mas há punição física para os comportamentos inadequados.

Para Donati (2008) a família pode oferecer alguns bens que dependem dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros por causa da natureza específica de suas relações – os bens relacionais, a paternidade, a maternidade, a filiação, que vão além do afeto, do apoio mútuo e da proteção e constituem bens que somente a família pode proporcionar. Completando tal idéia, Souza (2000) afirma que alguns bens próprios da família não estão disponíveis no mercado.

As mães dos participantes aparecem como figuras fundamentais que determinam o momento inicial da vida dos entrevistados e a base deles. São a principal referência deles. Nos casos em que esta presença era fragilizada ou ausente e não havia alguém que a substituísse (avós, tias, madrinhas), as conseqüências da miséria e abandono se agravavam.

O pai é muito mais ausente, e por vezes desconhecido. Aparece pouco na fala dos participantes. Em determinados casos é até idealizado. Este parece ser um fator que deve ser mais amplamente estudado.

Nesta mesma linha, Moreira (2005) observa em seu estudo que genitores do sexo masculino de baixa renda, em vários momentos, mostram-se distantes ou até mesmo desconhecidos dos próprios filhos, ao passo que, na camada média, a presença dos pais e mães junto aos filhos é muito valorizada.

Madrinhas e parentes (especialmente tios e avós) são pessoas que também estão presentes na fala dos participantes como pessoas que fornecem apoio ou mesmo, no caso dos jovens dos cursos profissionalizantes, incentivam o estudo. Avós e tios são apontados como pessoas queridas e que lhes querem bem também, havendo destaque disto na fala dos adolescentes do Centro Educativo. As madrinhas, conforme relatos informais, não necessariamente são as que batizaram os participantes, mas sim pessoas escolhidas para dar um apoio a determinada pessoa.

Já os filhos, presentes basicamente nas mães de creche e nas jovens mães são, para as primeiras, um foco de atenção, sentido da vida. Porém, para as jovens mães, não são identificados como as pessoas que mais gostam e nem as pessoas que percebem que mais gostam delas. A maternidade precoce pode, de algum modo, enfraquecer estes laços afetivos e possivelmente também os vínculos. O vínculo mãe-filho, denominado apego por Bowlby



(1969/2002), é uma adaptação fundamental da espécie humana, uma necessidade tão básica quanto a satisfação da fome ou da sede. As avós por vezes acabam assumindo grande parte do cuidado dessas crianças, fato que pode ser observado na literatura (Britto-da-Motta, 2007).

Também é comum a convivência com vizinhos e amigos, havendo predomínio de um bom relacionamento com eles. Para a população estudada, cujas casas são pequenas, a permanência na rua, na frente das residências é comum. Existe também uma solidariedade entre os vizinhos e, por vezes, intrigas. O limite entre o público e o privado parece ser menor do que o existente nas camadas mais abastadas. Apesar disto, em decorrência de certa intensificação da violência, tal realidade vem se modificando e é possível encontrar grades nas casas e a rua é vista como perigosa.

Os profissionais das instituições estudadas (creche, centro educativo, curso profissionalizante e instituição que atende adolescentes grávidas) também desempenham sua relevância enquanto um bem relacional. Um exemplo a ser destacado é o das mães de creche que tiveram uma grande solidão na infância por ficarem sós em casa. Já os próprios filhos permanecem na creche, podendo se relacionar não apenas com os profissionais que lá atuam, mas também com outras crianças que freqüentam a instituição.

Ainda é evidente que, ao abordarem as habilidades, a escola também é significativamente apontada como o local onde aprenderam várias delas. Portanto, os relacionamentos em tal local favorecem a promoção do desenvolvimento humano.

4. Inclusão social

No aspecto da necessidade de inclusão social, fica evidente a presença do subemprego e dos baixíssimos salários, evidenciados no fato de a renda familiar mais encontrada ser a de até um salário-mínimo.

Para os participantes mais jovens, as habilidades que têm sido mais úteis para a vida são as sociais, já para as mães de creche (inseridas nas necessidades do sustento familiar), as habilidades profissionais e cotidianas são mais relevantes. Estas últimas avaliam a experiência com relação ao trabalho como positiva, inclusive as relações com os colegas. Porém, almejam estudar mais para ter um emprego melhor (lembrando aqui os baixos salários existentes).

A grande maioria dos jovens ainda está estudando ou, ao menos, fazendo o curso profissionalizante, geralmente não exercendo atividade profissional. O projeto social oferece atividades de formação profissional onde as jovens aprendem a confeccionar biquinis e bijouterias. Durante o curso, elas são convidadas a participar da venda da sua produção através do engajamento em uma cooperativa que recebe pedidos de parceiros para a comercialização das peças produzidas. A atividade, ainda que represente uma baixa remuneração, é uma importante fonte de renda já que, em sua maioria, as participantes



possuem baixo nível de escolaridade e vivem em famílias com renda de até meio salário mínimo.

Nesse sentido, o projeto de promoção do desenvolvimento humano e social de adolescentes e jovens gestantes e mães atua de modo a favorecer a inserção social, pois situa-se em uma comunidade com índices elevados de violência e de indicadores sociais que situam sua população abaixo da linha da pobreza.

Os participantes sentem-se valorizados pelas pessoas da família, pelos amigos e pelas pessoas do local de estudo e do trabalho. Um diferencial foi com relação às pessoas do bairro que, no olhar dos grupos estudados, valorizam mais os jovens dos cursos profissionalizantes.

Quanto ao conhecimento mais amplo da cidade, foi encontrado que os jovens limitam-se muito à convivência apenas no bairro em que moram, enquanto as mães de creche circulam mais pela cidade, muito em decorrência do mundo do trabalho. Neste sentido, o trabalho incrementa a renda familiar, mas também possibilita um maior conhecimento e entrosamento com o contexto social mais amplo. Além disso, são as mulheres adultas que se lançam nas instituições de saúde, de educação e também em outras que possibilitam um incremento de bens para os filhos e para a família. Sendo ela a pessoa que geralmente faz a mediação entre a família e a sociedade.

A outra dimensão constitutiva da inclusão social é a integração da pessoa numa rede de relações de amizade e de estima recíproca e de familiaridade com o contexto urbano. Aqui volta-se a atenção à integração do sujeito numa rede de relações não definidas pela função, que envolve sempre uma parcialidade da existência pessoal, mas caracterizada pelo reconhecimento da pessoa na sua totalidade. Assim, o sujeito passa a ser relevante para o outro, em uma integração de caráter marcadamente subjetivo (Sen, 2001; Castells, 1989).

5. Projeto de vida x estratégia de sobrevivência

Nesta pesquisa o projeto de vida foi identificado como um dos aspectos que favorecem o processo de enfrentamento da pobreza. Participantes de um projeto social do Nordeste de Amaralina, destinado a apoiar adolescentes e jovens mães, revelam o desejo de ter um futuro melhor, como afirma uma das entrevistadas: *"Penso em terminar minha casa própria, ter um bom emprego, fazer minha Faculdade em Direito e dar uma vida melhor para meu filho"*.

A atitude de planejar metas e empenhar-se em alcançá-las mostra-se como positiva e norteadora do movimento pessoal, mas também familiar e grupal, que tem como intenção sair da condição atual, ou criar possibilidades para mudanças no futuro.

Nos relatos dos participantes os aspectos que mais se destacaram quanto à consecução de um projeto de vida foram aqueles relacionados a metas de inserção social, voltadas para investimentos no estudo e trabalho; mas também projetos conjuntos, oriundos de ações voltadas para o cuidado com a saúde, o bem estar comum e a melhoria das condições de



vida. É exatamente o aspecto macroestrutural que dificulta a confiança no futuro, como exemplifica a participante de um projeto social no Nordeste de Amaralina ao ser questionada a respeito de como pensa que será a vida da sua comunidade no futuro próximo:

Será pior. Pois agora que “reuniu a paz” (menciona um acordo entre os traficantes para que não haja conflitos entre eles) não há mais “reixa” (palavra que na linguagem local significa conflito, desavença, briga) eu acho que vai piorar. Muita gente morrendo nas mãos dos “homens”. O caso agora são os homens, os policiais, que chegam atirando, xingando mãe de família e etc.

O projeto de vida requer necessariamente a atuação dos poderes públicos no sentido de exercer através da segurança pública as condições para concretizar o investimento no estudo e no trabalho, como tem sido apontado por vários autores como recursos escolhidos pelas famílias pobres como meio de ascensão social. Esforços individuais não são necessariamente suficientes para garantir condições melhores do que as vividas pelas gerações anteriores, principalmente devido aos conflitos, à insegurança, à baixa qualidade do ensino público e a inadequação deste em relação às novas exigências do mercado (Cordeiro & Costa, 2006; Pochmann, 2004; Silva & Borges, 2007a).

Pochmann (2004) adverte que:

a mobilidade social, que consistiu numa espécie de charme histórico do capitalismo no Brasil, tornou-se elemento central da complexa unidade familiar. Na maior parte das vezes, os jovens não conseguem obter condições de vida e trabalho superiores às de seus pais, mesmo possuindo níveis de escolaridade e formação profissional superiores. Quando muito, registra-se imobilidade social, mas a regressão intergeracional no trabalho está se tornando comum, sobretudo no rendimento (p. 223).

Ainda assim, nesta pesquisa foi possível observar que, na realidade de Novos Alagados, o investimento no estudo tem sido privilegiado pelas associações comunitárias, com aprovação das famílias que incentivam seus filhos a se engajarem nestas iniciativas, buscando melhores condições de vida para todos. Observa-se este movimento na decisão das mães de colocarem seus filhos na creche, e na importância que denotam a esta decisão; na grande procura pelo reforço escolar ou pelos cursos profissionalizantes.

Outro aspecto interessante tem sido a iniciativa das próprias mães de retomarem seus próprios sonhos, pelo viés da educação.

No grupo de jovens mães do Vale das Pedrinhas o abandono escolar coaduna com a vida na delinqüência, e com a permanência em uma condição de estratégia de sobrevivência. Mas, mesmo neste grupo, a decisão de participar do projeto de jovens mães indica uma iniciativa mais positiva entre tantas outras utilizadas por elas anteriormente, como o tráfico e a prostituição.



Já os jovens participantes de curso profissionalizante mostram-se mais seguros quanto a perspectivas futuras. De fato, o tipo de escolha feita por estes jovens sugere possibilidades mais objetivas, pelo menos no seu momento atual e em relação a outras opções dentro da comunidade (inclusive o envolvimento com o tráfico, opção feita pelos irmãos de alguns deles), de concretização do desejo de encontrar um emprego. Isto porque o curso no qual estão inseridos foi incluído no Programa Jovem Aprendiz, o que tem permitido que os jovens já saiam do mesmo empregados; e também pelo crescimento do mercado de construção civil em Salvador, com aumento da demanda de mão de obra.

Em estudo que trata das mudanças na regulação do trabalho juvenil no Brasil, Silva e Borges (2007b) sugerem que o ensino formal, e programas que envolvem contratação de estagiários, têm sido pouco eficientes no sentido de favorecer a inclusão no mercado de trabalho. Resultados deste estudo também indicam que o 'Programa do Jovem Aprendiz', desenvolvido através da parceria entre governo (Federal e Estadual) e instituições profissionalizantes, tem sido mais efetivo como meio de inserção profissional, pois neste os jovens já saem dos cursos com contratos de trabalho.

Sendo assim, a tendência de aliar o projeto de vida à educação e inserção no trabalho pode ser ainda considerada como alternativa positiva para jovens de comunidades carentes.

Só que, as inserções escolar e profissional, não são os únicos elementos que contribuem para a construção de um projeto de vida, pois conforme apresentado anteriormente, são várias as dimensões da vida que podem ser exploradas e que concorrem para que a pessoa se sinta realizada.

Daí a importância de se considerar os *bens relacionais*, como cruciais para concretização do projeto de vida do sujeito, ou seja, aqueles acessíveis através dos laços de parentesco, amizade, e vizinhança, sustentados por vínculos afetivos e de solidariedade que reforçam o apoio mútuo diante de situações adversas.

Observou-se que, no enfrentamento de situações mais significativas ou decisivas para suas vidas, os participantes da pesquisa referiram que recorrem inicialmente às pessoas com as quais se sentem vinculados, por correspondência de interesses, por afinidade ou maior aproximação dentro de seu contexto de vida. Assim, a capacidade de manter o relacionamento com os membros da família, ou de estabelecer vínculos fora do ambiente familiar aparece também como recurso utilizado por estes.

Griffa (2001) aponta que a iniciativa de procurar outras pessoas e ampliar laços de amizade é um movimento saudável, como dado do desenvolvimento psíquico do indivíduo, e importante para seu processo de crescimento, em direção à maior autonomia e independência, e que isto não implica necessariamente em ruptura com a família.

Nesta perspectiva, os grupos existentes na comunidade, desde amigos da vizinhança, até instituições educativas, esportivas, religiosas, culturais e artísticas apresentados pelos



participantes também compõem os *bens relacionais* aos quais têm acesso no meio no qual estão inseridos.

Junken (2005) constatou em sua pesquisa que a escola tem papel fundamental para a construção do projeto de vida, mais do que pela formação, mas por ser um espaço em que se estabelecem relações que favorecem a reflexão sobre o projeto de vida. Segundo esta autora, muitos jovens encontram em professores e colegas modelos de referência, principalmente acerca de opções profissionais, diferentes daqueles oferecidos por seus pais.

Nos relatos das pessoas entrevistadas para esta pesquisa, observou-se que os projetos desenvolvidos nas comunidades parecem ter papel importantíssimo como local de acesso a informações sobre novas opções de caminho, para ampliar o horizonte cultural das pessoas que destes participam. Mas professores, educadores e colegas assumem papel relevante como incentivadores, sendo pessoas com as quais os participantes confrontam suas decisões e através das quais buscam apoio para a realização de suas metas.

Entende-se, portanto, que os bens relacionais são recursos que favorecem a inclusão social, e aumentam o leque de possibilidades para realização de projeto de vida pessoais.

Considerações finais

Retomando o objetivo inicial do presente trabalho – compreender e analisar iniciativas de combate à pobreza com vistas à inclusão social na região urbana de Salvador, e utilizando categorias que possibilitem a investigação do predomínio de *estratégias de sobrevivência* ou de *projetos de vida* presentes em famílias de baixa renda – pode-se concluir ter havido um avanço significativo nesta direção, sem, entretanto, ter-se esgotado tal propósito.

Ao investigar as condições que favorecem o desenvolvimento de iniciativas de combate à pobreza de todos os participantes envolvidos, confirma-se o que se esperava encontrar como resultado. O processo de combate à pobreza inicia-se quando a pessoa formula um projeto de vida e se aplica em realizá-lo, objetivando melhorar a moradia, a educação, a saúde, e o trabalho próprios ou de algum membro da família. A iniciativa de formular um projeto de vida teve mais probabilidade de existir com constância nos casos em que a família (principalmente a mãe) dá suporte, estimula, acolhe e valoriza a pessoa. De maneira semelhante, as associações locais ou de origem externa à comunidade, governamentais e não governamentais, são fundamentais para a formação, o suporte técnico e psicológico, possibilitando e revisando o projeto de vida em execução. Trata-se de entidades que reúnem equipes multiprofissionais articuladas em um projeto educativo claramente voltado para o fomento da relação entre a pessoa e o outro no horizonte da temporalidade ampla.

Avaliando as estratégias metodológicas utilizadas no estudo, identifica-se que elas permitiram que fosse entrevistado um número considerável de participantes, proporcionando uma visão ampla de pessoas em condição de pobreza. Finalmente, diante da



realidade constatada no presente estudo, identificou-se a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem o estudo qualitativo do tema. Além disso, parece bastante relevante investigar também a figura paterna. Outro aspecto interessante seria fazer um estudo sobre a educação, a importância das políticas de combate à pobreza, e políticas familiares.

Referências

- Becker, G. S. (1962). Investment in human capital: a theoretical analysis. *The Journal of Political Economy*, 70(5), 9-49.
- Becker, G. S. (1964). *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: NBER.
- Becker, G. S. (1975). *Human capital*. New York: Columbia University Press.
- Bee, H. (1997). *O ciclo vital* (R. Garcez, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1984).
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (1992). *An Invitation to reflexive sociology*. Cambridge: Polity.
- Bourdieu, P. (2003). *A miséria do mundo* (M. S. S. Azevedo e outros, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1997).
- Bowlby, J. (2002). *Apego: a natureza do vínculo* (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1969).
- Britto-da-Motta, A. (2007). Família e gerações: atuação dos idosos hoje. Em A. Borges & M. Castro (Orgs.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais* (pp. 111-134). São Paulo: Paulinas.
- Bronfenbrenner, U. (Org.). (2004). *Making human beings: human bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Carvalho, M. C. B. (2003). Família e políticas públicas. Em A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.). *Família: rede, laços e políticas públicas* (pp. 267-274). São Paulo: IEE; PUC SP.
- Carvalho, A. M. A. (2005). Em busca da natureza do vínculo: uma reflexão psicoetológica sobre grupos familiares e redes sociais. Em G. Petrini & V. R. S. Cavalcanti (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castells, M. (2008). *O poder da identidade* (K. B. Gerhardt, Trad.). (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 2). São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1996).
- Coleman, S. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.



- Cordeiro, D. & Costa, E. A. P. (2006). Jovens pobres e a educação profissional no contexto histórico brasileiro. *Trabalho Necessário*, 4(4), 112-125.
- Donati, P. (1998). *Manuale di sociologia della famiglia*. Bari, Italia: Laterza.
- Donati, P. (2008). *Família no século XXI: abordagem relacional* (G. Petrini, Trad.). São Paulo: Paulinas. (Original publicado em 2006).
- Ferreira-Santos, J. E. (2005). *Novos Alagados: histórias do povo e do lugar*. São Paulo: EDUSC.
- Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*. 14(2), 50-59.
- Fukuyama, F. (1995). *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press.
- Gori, E. (2004). L'Istruzione e investimento in capitale umano. Em G. Vittadini (Org.). *Capitale umano: la ricchezza dell'Europa* (pp. 71-101). Milano: Guerini & Associati.
- Griffa, M. C. & Moreno, J. E. (2001). *Chaves para a psicologia do desenvolvimento: adolescência, vida adulta, velhice* (V.2). São Paulo: Paulinas.
- Juncken, E. T. (2005). *Juventude pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Lima, V. C. (2003). *A família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia: um estudo das relações intragrupo* (2a ed.). Salvador: Corrupio.
- Lovaglio, P. (2004) *Investimento in capitale umano e disuguaglianze sociali*. Em G. Vittadini (Org.). *Capitale umano: la ricchezza dell'Europa* (pp. 147-167). Milano: Guerini & Associati.
- Marshall, A. (1953). *Principi di economia*. Torino, Italia: UTET.
- Mattoso, K. (1988). *Família e sociedade na Bahia*. São Paulo: Corrupio.
- Mincer, E. J. (1993). *Studies in human capital*. Aldershot, England: Brookfield.
- Monteiro, CA. (2003). A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estud. av.*, 17(48), 7-20.
- Moreira, L. V. C. (1999). *Concepções de mães usuárias de creche sobre educação de filhos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.



- Moreira, L. V. C. (2005). *Concepções e práticas de pais sobre educação de filhos*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Nascimento, I. P. (2006). Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações *Imaginário* [online], 12(12), 55-80. Recuperado em 30 de janeiro, 2012, de http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-666X2006000100004&script=sci_arttext
- Pochmann, M. (2004). Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. Em R. E. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 217-241). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV.
- Romanelli, G. & Bezerra, N. M. A. (1999). Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. *Paidéia*, 9 (16), 77-87.
- Sarti, C. (2005). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres* (3a ed.). São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1996).
- Scabini, E. & Rossi, G. (Orgs.). (2012). *Family transitions and families in transition*. Milano: Vita e Pensiero.
- Schultz, T. W. (1961). Investment in human capital. *American Economic Review*, 1(1), 1-17.
- Schultz, T. W. (1971). *Investment in human capital: the role of education and of research*. New York: Free Press.
- Sen, A. (1999). *Sobre ética e economia*. (L. T. Motta, Trad.). São Paulo: Companhia de Letras. (Original publicado em 1986).
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). São Paulo: Companhia de Letras. (Original publicado em 1995).
- Sen, A. (2001). *Desigualdade reexaminada*. (R. D. Mendes, Trad.). Rio de Janeiro: Record. (Original publicado em 1992).
- Silva, J. & Borges, A. M. C. (2007a). A escolaridade como estratégia para a inserção do jovem no mercado de trabalho na região metropolitana de Salvador [Resumo]. Em *Anais SEMOC - Semana de Mobilização Científica* [CD-ROM]. Salvador: UCSAL.
- Silva, M. & Borges, A. M. C. (2007b). Mudanças recentes na regulação do trabalho juvenil no Brasil [Resumo]. Em *Anais SEMOC - Semana de Mobilização Científica* [CD-ROM]. Salvador: UCSAL.



- Smith, A. (1948). *Ricerche sopra la natura e lê cause della ricchezza delle nazioni*. Torino, Italia: UTET.
- Souza, M. M. C. (2000). *A importância de se conhecer as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Souza, A. P. (2004). Por uma política de metas de redução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, 18(4), 20-27.
- Vittadini, G. (Org.). (2004). *Capitale umano: la ricchezza dell'Europa*. Milano: Guerini & Associati.
- Vittadini, G.; Dagum, C; Lovaglio, P. G. & Costa, M. (2003). A method for the estimation of the distribution of human capital from sample survey os income and wealth. Em *Proceedings of the American Statistical Association, Statistical Education Section* [CD-ROM]. Alexandria, VA: American Statistical Association.

Nota sobre os autores

Giancarlo Petrini é doutor em Ciências Sociais (PUC-SP) e diretor do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família. E-mail: jcpetrini@terra.com.br

Miriã Alves Ramos de Alcântara é doutora em Saúde Coletiva (UFBA) e professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal. E-mail: miria.alcantara@gmail.com

Lúcia Vaz de Campos Moreira é doutora em Psicologia (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. E-mail: luciavcm@oi.com.br

Lílian Perdigão Caixeta Reis é doutora em Psicologia (UFBA). E-mail: lilian.perdigao@yahoo.com.br

Ricardo Sampaio da Silva Fonseca é mestre em Economia (UFBA). Email: ricardosampaiofonseca@yahoo.com.br

Marcelo Couto Dias é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. E-mail: mcoutodias@gmail.com

Data de recebimento: 31/10/2011

Data de aceite: 18/05/2012